



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 60

Sessão Ordinária de junho

1.ª reunião em 29-06-2012

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, António José Mila Canhoto, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Victor Manuel da Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, João Condinho Vargas, Manuel Vieira dos Santos, João Alberto Simões Barbosa, João Pedro Rodrigues Santos Dias, e Manuel Alberto Vaia dos Reis.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:

Artur Paulo Madail Lobo, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha.⁰⁰¹

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 24:00 horas) e João Francisco Carvalho Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Paulo Jorge teixeira de Jesus, Ivar Jorge Alves Corceiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, António José Mila Canhoto, Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares e Manuel Alberto Vaia dos Reis, respetivamente.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, Rui Miguel Macela Leal Vaz, se fizeram substituir nesta reunião, por Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Paula Sofia Gonçalves Ramos, e Emília Cristina da Cunha Gonçalves.

Os sucedâneos, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Vitor Manuel Marques de Oliveira, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Pedro Miguel Melo Castro Pinheiro, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio, António Manuel Santos Salavessa, e Filipe Seíça Neves Barbado Guerra, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Suspensão de Mandato: O Presidente da Mesa colocou à apreciação do plenário, o pedido de suspensão do mandato,⁰⁰⁴ nos termos do artigo 77.º, da Lei 169/99, na redação introduzida pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, do Vogal Rafael Alexandre Lopes Nevado, no período compreendido entre 29 de junho a 31 de dezembro de 2012, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura. Não se verificaram objeções.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2002, de 21 de fevereiro, deliberações:

a) Fornecimento do serviço de comunicações voz/dados móveis e cedência de equipamentos terminais;

b) Fornecimento Contínuo de Cimento e Argamassas para Materiais Cerâmicos para os anos 2012 e 2013.

Ponto 3. – Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Aveiro;

Ponto 4. – Alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Aveiro;

Ponto 5. – Projeto de Intervenção para a Avenida Dr. Lourenço Peixinho – apresentação.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [005](#)

Ata n.º 53 – Sessão Ordinária de abril - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor e duas abstenções.

Ata n.º 54 – Sessão Ordinária de abril - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções.

Ata n.º 55 – Sessão Ordinária de abril - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções.

Ata n.º 56 – Sessão Ordinária de abril - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções.

Ata n.º 57 – Sessão Ordinária de abril - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções.

Ata n.º 58 – Sessão Ordinária de abril - 6.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra a munícipe *Vera Lúcia de Jesus Pires da Rosa* [007](#), residente na freguesia da Vera Cruz, veio expor um assunto relacionado com agradecimentos e pedidos de pormenores de urbanização, na Freguesia da Vera-Cruz.

Presidente da Mesa [008](#)

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP) [009](#)

Vogal João Dias (BE) [010](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [011](#)

Vogal Condinho Vargas (PS) [012](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [013](#)

Vogal João Barbosa (PS) [014](#)

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Nuno Manuel Marques Pereira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [015](#)

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa deu início nos termos regimentais ao período de antes da Ordem-do-Dia. [016](#)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP) [017](#)

Vogal João Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Eu aproveitava este Período, para me debruçar para uma notícia recente que faz referência, é um descalabro nas contas públicas portuguesas. Isso nomeadamente a informação que vem pelo Instituto Nacional de Estatística é que temos um défice de 7,9%, quando a média proposta era de 4,5%, sendo que estamos acima dos 7,5% em período homólogo de 2011. Ou seja, há uma derrapagem em relação ao ano transato. E daqui só é possível tirar uma conclusão que é: as medidas de austeridade levadas a cabo pela coligação de direita não surtem o efeito que foi prometido aos eleitores.

Foi dito à população que as medidas de austeridade iriam gerar o controlo e o rigor das contas que depois permitiria haver tempos de prosperidade, crescimento económico, e de restabilização da economia. Claramente não é isso que se está a verificar. Ou seja, não só temos um agravamento num ataque aos salários, como também temos em igual medida a diminuição da receita porque obviamente se ataca os salários, apesar de se aumentar as taxas aplicado sobre o salário, mesmo assim o salário desce mais do que crescem as taxas e portanto temos uma diminuição das receitas públicas e esse é o principal motivo apontado para este descalabro.

Apesar de haver uma redução da despesa pública que era interessante saber onde é que ela é reduzida porque nós sabemos que as parcerias público ou privadas são aquele maior buraco que se apresentam nas contas públicas continua intocável e portanto estamos se calhar a conseguir um controlo da despesa pública à custa de serviços essenciais, não cortando naquilo que é verdadeiramente a gordura do Estado. Ou seja, estamos a criar uma população mais pobre e não estamos a pôr as contas do Estado em ordem.

E perante este cenário acho que não é demais perguntar qual será a avaliação da Troika. Parece que a Troika faz sempre uma avaliação positiva por uma razão muito simples, porque aquilo que se está a desenhar em Portugal é o quadro ideológico que traçaram para este país e para todos aqueles em que há a intervenção da Troika.

No entanto os resultados reais, a realidade concreta, prova que estas medidas não são solução. Temos desemprego, temos défice. A CGTP pergunta e bem, a quem servem tantos sacrifícios?

Eu acho que a esta pergunta se deve acrescentar quem é que os está a fazer? Porque nós até poderemos falar de sacrifícios e falar sobre quem é que os faz e o que é que são sacrifícios e na realidade aquilo que nós vemos é que a fatura é paga sempre pelos mesmos, sobre o trabalho. E sobre o trabalho, sobre aqueles que obviamente têm rendimentos inferiores.

E dito isto também não deixa de ser interessante realçar a postura de Portugal no meio daqueles países que estão com contas públicas, com problemas nas contas públicas. Não são os únicos, obviamente que há aí muitos países que são apresentados como o arauto da responsabilidade financeira e do equilíbrio das contas, mas que se este caminho continuar claramente vão entrar no clube da banca rota.

Países que neste momento adotam uma postura arrogante estarão no mesmo cenário que aqueles ditos que são os países periféricos. E tendo isto em conta, sabemos que a Itália e a Espanha conseguiram afirmar-se perante a teimosia de Merkel, não a teimosia da Alemanha, mas a teimosia de Merkel. Porque Merkel não representa Alemanha no seu todo. É uma política do momento daquele país e sabemos que eles fizeram frente para exigir os Eurobonds. E nesse sentido, aquilo que nós olhamos para este país é um país curvado e que está a agravar as contas públicas e que não é capaz de usar a sua força para defender os interesses nacionais.

E acho que dito isto, temos dois cenários muito graves. Temos o descalabro das contas, temos o desemprego, e temos um país à moda antiga que não é capaz de se afirmar, nem para defesa dos interesses nacionais.”

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

“Inicialmente era um ponto, agora são dois pontos, depois de ter ouvido ali o BE, mas é o seguinte: eu normalmente não me refiro a casos de política de foro nacional porque entendo que esses casos embora devamos estar atentos a eles, de facto estão numa esfera muito acima e esta esfera e reflete-se em termos de Assembleia da República e portanto é lá que alguns destes assuntos que foram aqui abordados e bem. E que o BE deverão de facto ter outra consequência, não impedindo obviamente que todos nós façamos a nossa leitura. Queria ainda relativamente a estas questões que foram levantadas (e digo bem) pelo Bloco de Esquerda, apenas é recordar o seguinte: os senhores normalmente criticam as políticas do Governo, criticam o posicionamento dos partidos, seja partido socialista, seja CDS, PSD, criticam a posição destes partidos. Bem de facto a vossa posição não pode ser criticada em relação à Troika, é que na única reunião que houve, aquela que realmente dependia a vontade dos partidos políticos, aquela que os partidos políticos poderiam opinar sobre o que poderiam ser as sugestões para o futuro do país, os senhores nem sequer, os senhores e o partido comunista, nem sequer se dignaram a estar presentes nessa reunião e, portanto, de facto fica-vos bem esse tipo de crítica!?”

Relativamente ao período de Antes da Ordem do Dia. Aquilo que eu queria referir é relativo à ocupação do edifício do Governo Civil pela Polícia de Segurança pública. De facto é um edifício histórico no centro da nossa cidade, numa zona que tem vindo a perder movimento e, portanto, carece de condições, carece de situações que levem a que haja mais vida na zona da cidade a que se reporta aquela zona ali do Governo Civil e do Tribunal. E acima de tudo, representa algo que deve ser assumido pelos políticos deste país: é que existem muitos casos de infraestruturas que podem ser aproveitadas, podem ser melhoradas, ao invés de optar por edifícios de milhões, arquiteturas faraónicas e que muitas vezes nem sequer servem condignamente o propósito para que foram construídas.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Eu era para não falar neste Período, mas como tive o desafio e vou dizer alguma coisa. E precisamente pelo que ouvi antes, eu começo a estranhar que agora de uma maneira geral, quem falava muito antes da política nacional deixou de falar. Isto estranha um bocadinho! Estranha principalmente a mim porque eu acho e penso que a política deve ser feita com intervenções de dignidade, de coerência, de moral e de ética.

E o que é verdade é que, de um momento para o outro, quando a cor vira para o outro lado, deixou-se de falar. E eu hoje tenho que dizer aqui que me sinto revoltado. Sinto-me revoltado pelo que veio na imprensa! Agora já ninguém diz nada porque o Duarte Lima foi ilibado ou foi perdoado de pagar às Finanças por causa dos submarinos?

Será que o Duarte Lima não será um bode expiatório dos submarinos? Será porque agora tem que se calar quem possa falar por causa dos submarinos?

Porque isto dos submarinos e também falo do Victor Baía, também falo no Victor Baía que também lhe perdoaram?!

Quer dizer: perdoam aqueles que fazem parte da quadrilha, esses são todos perdoados porque o que é preciso é estar calado. E o povo? O povo tem que comer, tem que levar pancada, tem que passar fome e tem que se calar.

E é tão verdade isto que ainda hoje na Comunicação do Senhor Presidente vem uma providência cautelar ao governo porque também querem roubar a Câmara de Aveiro! Já chega de tanto roubar. Que roubem a quem tem muito. Que roubem àqueles que estão nos offshore, que estão nos grandes hotéis à nossa custa.

Isto é de um momento para o outro iam para falar, mas depois calaram-se, porquê? Começo a sentir-me realmente a estranhar por aqueles que tanto falavam e que agora já não falam. É só isso Senhor Presidente.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰²¹

“Boa noite, obrigado Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores. Duas notas muito breves dirigidas à Câmara Municipal e em particular às Senhoras Vereadoras da Ação Social. Eu gostaria de pedir aliás a colaboração, no sentido de reforçar uma aspiração que a Junta da Glória tem, que eu tenho em particular, e que já tentei por alguns meios mas não consegui, de que se fizessem diligências junto da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro para conseguirmos ter se possível aberta a Igreja da Santa Casa da Misericórdia. Está uma zona que somos visitados por muitos turistas, e porque a Igreja da Misericórdia se situa no coração histórico de Aveiro, no centro da cidade, local de passagem obrigatória para visitas ao Museu e a Sé, era importante que se procurasse manter a Igreja da Misericórdia aberta. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰²²

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Ernesto Carlos Barros)

Vogal Condinho Vargas (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²³

“Senhor Presidente, só algumas notas. Em primeiro lugar ainda há bocado quando o Prof. Manuel António Coimbra me dirigiu a palavra ao aluno, não a mim diretamente ao Deputado João Vargas, dizer-lhe que acho que me chamou um bocado idiota, por não ter percebido aquilo que a Professora disse. E quero-lhe dizer que eu acho que o Senhor Deputado e caro colega Manuel Coimbra é que não percebeu aquilo que é o conjunto de críticas que a Professora disse, e que tem a ver com o espaço público e a forma como o espaço público em Aveiro tem sido tratado.

Em segundo, acho que a minha idiotice em si é completamente surdez. Porque neste caso, como noutros, ali como às vezes fico como cidadão a ver os trabalhos desta Assembleia, reparo que muitas vezes o Senhor Deputado não consegue compreender muitas das coisas ou entender as coisas e depois colocá-las na prática aqui em trabalho na Assembleia. Portanto aquilo que é a minha idiotice é a sua surdez.

Em relação àquilo que eu queria falar sobre o Período de Antes da Ordem do Dia, tinha que ver também com o espaço público, mas em particular com as licenças para as esplanadas na nossa cidade. Eu sou bastante crítico da forma como isto é feito em Aveiro. E não tem a ver com a questão da esplanada em si porque eu acho que todas as cidades e assim. Tem que ter espaço de fruição desse tipo. O problema é que aquilo que eu tenho notado como cidadão é que eu acho que isto tem sido feito pela Câmara de uma maneira muito atabalhoada.”

Presidente da Mesa⁰²⁴

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰²⁵

“É para defesa da honra porque se referiram a mim nesta intervenção que afinal foi ao lado. Eu não chamei idiota a ninguém, nem falei em idiotices.

Não falei. Aliás as pessoas que estão nesta Assembleia sabem que eu respeito muito todas as pessoas. E por isso mais estranho, que tendo vindo uma cidadã pedagoga a esta Assembleia, se tenha retirado só o conteúdo em que foram entendidas críticas e não foi visto que os cidadãos têm todo o direito. E é isso que querem fazer nesta Assembleia, é participar, pôr os membros desta Assembleia, porem os membros da Câmara todos a trabalharem em conjunto.

É pena que muitas vezes haverem intervenções que passam ao lado e depois os outros ou eu é que sou surdo, mas eu não chamei idiota a ninguém. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas brevemente um assunto que é nacional, mas que tem naturalmente repercussões municipais e que respeita à questão do pórtico que está junto ao estádio, hoje as notícias apontam para que a isenção da passagem nesses pórticos das SCUTs, seja prolongada e prorrogado esse prazo por mais três meses, tudo parece apontar nesse sentido, tanto quanto se sabe, não sei se já será oficial ou não, ou se a Câmara de Aveiro terá já sido informada pelo Governo dessa opção, mas é urgente que os cidadãos aveirenses possam saber pela voz do Senhor Presidente de Câmara, o ponto de situação em relação à questão do pórtico e também pela voz da bancada do PSD e também do CDS/PP, para percebermos quais foram as diligências que ambos os partidos que estão neste momento com funções governativas nacionais, saberem até pelas naturais e normais facilidades de comunicação, até em face das promessas de alguns dos Senhores Deputados eleitos pelo nosso círculo de Aveiro fizeram, que são militantes desses partidos, saber exatamente o ponto de situação em relação a esta matéria, que é urgente e que este executivo parece ter abandonado essa luta e que deveria ser uma bandeira sempre presente e um assunto permanentemente na agenda aveirense e parece que o decorrer do tempo está a fazer abrandar essa luta, que deve permanecer no topo das prioridades da agenda política de Aveiro. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁸

“Brevemente Senhor Presidente. A primeira é para dizer que por muito que respeite a conferência de líderes, respeito ainda mais o Regimento e a pessoa de Vossa Excelência. E o Período de Antes da Ordem do Dia serve para tratar assuntos gerais de interesse para o município. E portanto tem uma conexão óbvia porque se não transforma-mos isto num Parlamento Nacional. O emprego interessa a Aveiro, é o principal problema de Aveiro e podemos discutir isso do ponto de vista macroeconómico, mas não é essa a nossa competência! Não é essa a nossa competência. E portanto, para isso já tenho, pelo menos eu tenho o Deputado Filipe Neto Brandão, alguns terão o Deputado Ulisses Pereira, Vossa Excelência terá uma “Conimbricense” para o representar, mas todos nós vamos tendo aqui e ali o nosso representante mais próximo, pelo menos das populações. Mas é exatamente para este tipo de assuntos, como o meu colega de bancada Marques Pereira levantou. E a pergunta (penso eu) que é um assunto enfim que é supra municipal, mas tem um interesse claro e óbvio para o município é saber em que pé é que está a açãozinha que teve parangona nos jornais, no Tribunal Europeu, etc., etc., sobre este pórtico? Curiosamente não aparece no relatório dos litígios! Mas em que pé é que está a ação que foi capa, e afinal já não era, foi e deixou de ser etc., etc., O Senhor Presidente, se calhar podíamos aproveitar, se calhar até tem boas notícias para nos dizer a todos, e se calhar o meu colega Marques Pereira até vai ficar mais sossegado nas suas dúvidas, porque as notícias serão boas em relação a essa matéria.”

Presidente da Mesa:⁰²⁹

“Senhor Deputado, o entendimento da Comissão Permanente é que esses assuntos nacionais com repercussão local também são abrangidos pelo PAOD. Isto é, a intervenção do Deputado Nuno Marques Pereira e a sua intervenção têm cabimento no PAOD. De acordo

com esta interpretação não é só um assunto nacional puro e duro, é sobretudo um assunto nacional com repercussão no município — e as SCUTs mais que óbvio, não é.

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[030](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Uma primeira nota para falar deste assunto das portagens. Penso que aquele pórtico que existe e que cobre 300 metros de estrada teve o cuidado de os medir, é a portagem mais iníqua deste país!

E acho que a bem (ou a mal) se tem de resolver esta situação. Senhor Presidente, aqui o Senhor Presidente da Câmara na altura própria disse: - não é assim que se resolvem as coisas e tal. Na altura sugeri que a Assembleia Municipal se deslocasse ao local e fizesse, enfim, uma manifestação solene de que a bem ou a mal, aquela portagem tem que desistir.

Na altura senti que o Senhor Presidente estava do lado daqueles que se indignam com aquela portagem. Já estamos quase há um ano e nem novas, das soluções de compromisso, de enfim todas as situações boas e dos tratamentos bons que efetivamente a Câmara devia tomar sobre o assunto.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez o invetivo a com coragem estar à frente de uma solução a bem ou a mal para acabar com a maior iniquidade em termos de portagens que eu penso que existe neste país.

Uma segunda nota para falar da situação que todos estamos a atravessar e particularmente o país que vive, já não com reflexos muito grandes na minha geração, porque estamos com as botas arrumadas como se costuma dizer, mas na geração dos nossos filhos e dos nossos netos.

Portugal, tenho que falar assim talvez mais abertamente, este Governo pôs pimenta no Plano do Ajustamento, tornou mais difícil a vida dos portugueses e todos contávamos que a situação hoje estivesse melhor mas infelizmente está pior. Os juros estão mais altos, os juros efetivamente internacionais da moeda estão mais altos, a miséria é maior, o desemprego aumentou como todos vimos duplicou o número de pessoas que recebem o ordenado mínimo nacional. E por incrível que pareça, Portugal transformou-se, essa para mim é de facto o pior indicador que existe, Portugal transformou-se num grande exportador de ouro!? Não porque o tivessem encontrado numa qualquer mina do Alentejo, mas porque se está a exportar o ouro que anda ao pescoço das pessoas. É assim. E perante isto tudo, o que nós sabemos é que estamos hoje, porque amanhã, daqui a um ano, a prosseguirmos esta política que a direita europeia através da Senhora Merkel, de quem o nosso Primeiro-ministro gosta tanto e é tão seguidor, tem implementado na Europa. E de facto para uma pessoa que já viu como nós, que já vimos alguma coisa do mundo e algumas crises e não sei quantas mais, penso que desde aqui também temos que começar a dar a volta a isto. E não é com estas políticas de austeridade que nós vamos dar a volta a isto.

Esperemos que esta não seja a crise que ainda ontem um economista disse, seja a repetição da crise que pôs milhares de pessoas em países como os Estados Unidos (e talvez porque não Portugal) em bichas na rua à espera da malga da sopa. Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, nós realmente vivemos tempos difíceis, já longos tempos difíceis. Todos nós estamos a sentir isso e é pena que nem todos estejam também a contribuir para que nós possamos resolver rapidamente esta grave crise em que estamos.

A Moção do PCP na Assembleia não ajudou absolutamente em nada a que nós possamos dar uma imagem de que realmente somos capazes de nós próprios, de podermos resolver os nossos problemas internos.

Também o ambiente de greves que vivemos em muitas empresas públicas, principalmente as empresas de transporte, também em nada nos ajudam a que nós possamos resolver esta nossa situação.

E isto das greves é tanto mais grave quanto há muita gente que continua a perder emprego e por isso são aqueles os privilegiados que têm emprego, que continuam a reivindicar das suas empresas que têm défices demasiado elevados, que continuam a reivindicar ainda mais, ainda por cima numa altura em que os funcionários públicos se viram privados de um dos seus subsídios como foi agora o subsídio de férias.

E por isso é uma situação que a todos nós nos devia preocupar e que também a todos nós nos devia mobilizar. Pena que isso não esteja a acontecer principalmente por parte dos partidos de esquerda.

Bom, quanto à questão das SCUTs também gostaria de dar a minha opinião. Aliás, que já a dei várias vezes. O pórtico que está instalado em Aveiro é um pórtico que não faz qualquer sentido. Todos nós já aqui apresentamos muitos argumentos e cada um à sua maneira, mas todos eles indo sempre na mesma direção ou seja, seja qual for a análise que possamos fazer, de maneira nenhuma aquele pórtico faz sentido que esteja instalado numa zona quase central da nossa cidade e numa zona que é um eixo viário muito importante de mobilidade interna da nossa própria cidade. Mas temos realmente o compromisso por parte dos deputados da maioria de que vai ser resolvido.

E por isso aquilo que nós temos que continuar a fazer, eventualmente a continuar a insistir, eu não tenho outra forma. O Partido Socialista insistiu que há outras formas, aliás já não é a primeira vez que diz nesta Assembleia que os partidos da maioria que arranjem forma, juntem-se com as pessoas, vejam nos meandros da política dos seus partidos se conseguem resolver a situação! Eu não conheço essa via. Essa via não existe no meu partido ou pelo menos eu não a conheço. E por isso a via que eu conheço é aquela via em que nós temos que levantar a nossa voz, continuarmos a levantar a nossa voz, para uma situação de injustiça que afeta todo o desenvolvimento do município de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[032](#)

“O protesto é muito simples. Eu ouvi a intervenção do líder da bancada do PSD e muito honestamente ou não a entendi bem (e até posso aceitar que sim) ou então o Prof. Manuel António Coimbra, não sei se é em representação do seu partido na sua totalidade ou individualmente ou até se calhar nenhuma destas coisas, destas condições, fez um atentado claro aos direitos dos cidadãos! Como se o direito à greve não fosse legítimo!? Como se o direito ao protesto não fosse legítimo!? Como se qualquer tipo de reivindicação, porque ela fosse neste momento de crise objetiva, podem-nos tirar tudo o que os cidadãos têm que não há capacidade de reação possível. Porque “ai Jesus que ainda temos emprego.” Portanto vamos lá reduzir para seis salários em vez de doze atuais e sim senhor temos que ficar contentes que há muita gente sem trabalho. É esse país que o Prof. Manuel António Coimbra quer? Se é esse país que o PSD de Aveiro quer?”

Vogal Raúl Martins (PS) Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[033](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. O meu pedido contraprotesto vai no sentido inverso. Senhor Deputado António Coimbra tem uma responsabilidade diferente da responsabilidade dos outros membros desta Assembleia porque é líder de uma bancada — uma bancada numerosa e que apoia o governo. E deveria, no meu entender, ajudar a resolver alguns dos problemas dentro das suas possibilidades e das suas possibilidades de líder de bancada do PSD.

Olhe, Senhor Deputado António Coimbra, uma das resoluções era tentar fazer chegar por exemplo chegar ao seu Primeiro-ministro, de que por teimosia não quer por exemplo visitar a Venezuela, que é um país que diz que tem um comunista à frente e não o quer visitar. Visitou

outros países da América Latina, mas não quis visitar a Venezuela e, no entanto, há muitos milhões de euros de mercadoria de empresas de Aveiro contratada com a Venezuela que não saiem de Aveiro precisamente por causa dessa teimosia política.

Senhor Deputado, eu não estou a fazer qualquer crítica. E até nem caminho no sentido de algumas outras pessoas, mas o Senhor Deputado tem responsabilidades acrescidas relativamente às outras pessoas desta Assembleia e, portanto, já agora aqui lhe deixo esse pedido para ver se intervém, já agora positivamente, no sentido de isso poder ser desbloqueado, para ver se dá uma ajudinha, se dá uma ajudinha.”

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [034](#)

“Ora bem, em relação à intervenção do Deputado Manuel António Coimbra, de facto eu acho que há um tipo de intervenção que de facto não ajuda coisa nenhuma, porque quando fala em relação às greves, enfim eu gostava de lhe perguntar se não acha que este é um direito que os trabalhadores têm face ao pudor que o dinheiro proporciona, como forma de extorsão dos direitos e dos salários, enfim de extorsão inclusivamente da própria economia portuguesa, que está a ser destruída por estas políticas?”

Vogal João Dias (BE) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento: [035](#)

“Já toda a gente aqui na esquerda percebeu qual é a intenção do Deputado Manuel António Coimbra, é basicamente fazer uma chantagem entre aqueles que têm trabalho e aqueles que estão desempregados. Ou seja, pôr a base social dos pobres uns contra os outros. Já é tarde para essa estratégia. No entanto eu gostava de deixar claro que quem faz greve são os trabalhadores não são as administrações das empresas públicas — é aí que está a grande fatia da despesa, não é nos salários dos trabalhadores. Aliás este executivo teve a coragem de nomear os seus boys para a administração da Caixa Geral de Depósitos e a pergunta muito sinteticamente é esta: foi insinuado que a greve não ajuda a combater a crise. Consegue dizer preto no branco que a culpa da crise é dos trabalhadores das empresas públicas e dos funcionários públicos”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [036](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, começando pelo Partido Socialista. Eu realmente comecei a minha intervenção precisamente por dizer que não temos motivos nenhuns para estar contentes com esta situação em que todos nós nos encontramos e que por isso nós precisamos de uma solução conjunta. E por isso, a questão não pode agora ser posta ao contrário que é: nós devemos andar todos contentes. Não, não devemos andar todos contentes — nem eu estou a reivindicar que todos nós devamos andar todos contentes. Estou a dizer é que devemos andar todos muito preocupados e essa muita preocupação que todos nós temos que ter, nós temos que é dirigir para podermos ter melhor produtividade, maior produtividade e maior igualdade entre todos nós, pelo menos no que diz respeito àquilo que são os serviços básicos, àquilo que é o direito à educação, àquilo que é um direito à alimentação, àquilo que é o direito à cidadania. Isso inclui o direito que as pessoas têm de se poderem deslocar para os seus locais de trabalho se precisarem dos nossos transportes e infelizmente isso não se tem verificado. E é isso que me preocupa. É que a nossa liberdade deve acabar quando interfere com a liberdade dos outros.

Eu sei que muitas vezes os partidos de esquerda não entendem isto. E não entendem isto por aquilo que o BE ainda agora acabou de afirmar mais uma vez — é a culpa. O problema é se há e está identificado alguém que é o culpado, nós vamos é crucificar o culpado. Mas vamos destruir tudo para crucificar o culpado e é isso que não pode ser! Primeiro eu tenho que resolver o problema para bem de todos nós e depois é que eu vou tratar do culpado. Não devo inverter o processo. E é isto que me parece muitas vezes, que nós caímos neste erro,

principalmente os partidos de esquerda caem neste erro que é de estarem mais preocupados com o culpado e com isto estão a criar novas e novas vítimas — é esta a política do BE. Como tem sido visto nos últimos tempos e por isso penso que já respondi ao BE.

Penso que já respondi também à questão que o colega de Assembleia Manuel Reis aqui colocou, quanto àquilo que são os direitos dos trabalhadores que ninguém lhes nega nenhum direito. Mas tenhamos em atenção que os direitos também correspondem a deveres. E nós esquecemos e o PCP muitas vezes esquece-se dos deveres que todos nós enquanto cidadãos temos que ter.

Agora eu gostaria também muito de responder à última questão. Gostaria muito de poder ter influência sobre o Primeiro-ministro e então sobre o Presidente da Venezuela, como eu realmente gostaria muito de ter esse poder, de poder dizer ao Presidente da Venezuela para poder alterar a sua política, mas infelizmente ninguém me ouve. E por isso olhe: aqui me mantenho pela Assembleia Municipal de Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS)⁰³⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁸

“Apenas três notas quanto à ação interposta junto da Comissão Europeia. Efetivamente não houve evolução neste período em relação a este assunto que merecesse aqui uma referência ou um destaque.

Quanto ao pórtico. Tivemos já oportunidade de colocar claramente a nossa posição ao Senhor Secretário de Estado em relação ao assunto.

Ainda hoje na reunião da CIRA que decorreu, o assunto voltou a ser analisado por todos os municípios e até à hora do termo da reunião não havia qualquer informação oficial sobre essa posição do Governo.

Como sabem a posição da nossa Câmara e dos municípios da CIRA é idêntica, é igual, em relação a este assunto. E estamos naturalmente a aguardar com confiança os resultados de todas as diligências que foram realizadas.

Quanto ao edifício do Governo Civil. A decisão que o Governo tomou é já conhecida de todos. É naturalmente, e poderemos questionar se é legítimo essa opção, se essa escolha é a melhor ou a pior, ou se não haveria melhor do que essa, é naturalmente questionável. No entanto só dar aqui esta nota. É importante referir que a segurança é uma das crescentes preocupações da sociedade atual e por isso também nos agrada que o edifício venha a ter essa utilização e possa com isso melhorar e reforçar a segurança em Aveiro, na cidade, e a segurança também dos nossos cidadãos. Muito obrigado.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.⁰³⁹

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰⁴⁰

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Celme Cristina de Jesus Tavares)

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP)⁰⁴²

Vogal João Dias (BE)⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. O Bloco de Esquerda tem de algum tempo a esta parte tentado diminuir, impedir, empecilhar, aquele que talvez seja o maior investimento com maiores resultados que é feito na nossa região nos últimos anos. E baseia-se numa questão simples, penso que o Senhor Deputado não conhece bem aqueles terrenos, eu conheço-os muito bem, cacei lá muito, conheço-os quase terreno por terreno, pedra por pedra. E fala muito da qualidade agrícola dos terrenos e que os proprietários estão muito interessados em manter a qualidade agrícola daqueles terrenos e não sei quantas mais.

A pergunta que lhe queria fazer é Senhor Deputado, a seguinte: os proprietários estão interessados em manter a qualidade agrícola do terreno para lá praticarem agricultura, coisa que nunca praticaram grande coisa lá naquela zona, ou estão interessados em ter os terrenos para o transformarem em terrenos urbanos e fazer lá as suas construções? Mesmo que assim fosse e mesmo que os terrenos fossem terrenos agrícolas de primeira, o que não é o caso, acha que não valeria a pena em terrenos que dão meia dúzia de alqueires de milho por ano, quando dão, impedir o maior investimento em Ciência, em Desenvolvimento, em Futuro para os nossos filhos, que algum dia e nos últimos anos e nalgum dia mais próximo poderá ser feito na nossa região?”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴⁷

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁸

“Dois pedidos de esclarecimento por favor. Primeiro saber o que é que o leva a pensar que existe falta de transparência e que habitualmente se costuma associar em qualquer projeto, qualquer contrato, há sempre uma falta de transparência por parte do Bloco de Esquerda. Gostaria de saber no que é que se baseia para dizer isso? E segundo, se sabe (e peço desculpa à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda) que, se a Senhora Deputada à hora que chegou há bocadinho, teria certamente também não contribuir para o quórum na quarta-feira passada, porque houve chamada às 20:30 e às 22:00 da noite? Portanto à hora que chegou, não estaria também cá. Gostaria de saber como é que justifica isso?”

Vogal João Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Bem, eu espero não me esquecer de todas as perguntas. Em relação àquilo que disse o Deputado Raúl Martins, pôs as coisas num termo que são facilmente desmontáveis que é, a ideia é que se o investimento não é feito naqueles terrenos não existe investimento. Eu já expliquei isso de forma muito linear, que nós não somos contra o parque, isso é insinuação, somos contra a localização do Parque de Ciência e Inovação naquele sítio. Temos dúvidas sobre o seu retorno? Temos com certeza. Agora não venham é pôr nestes termos em que, nós propondo uma localização alternativa, somos contra os investimentos. É uma premissa falsa, se quer que eu responda vai ter de ouvir. É uma premissa falsa, a premissa falsa já foi aqui explicada e portanto a qualidade dos terrenos é dito pelos próprios proprietários, são eles que fazem referência a isso e no entanto aquilo que é mais premente é, aquele tipo de terrenos não são os mais indicados para construção e há zonas industriais subaproveitadas, que podem ser usadas para o efeito.

Em relação à falta de transparência que eu fiz referência, o Bloco de Esquerda pôs uma pergunta muito simples, em relação pela Sua Deputada Europeia Marisa Matias e aquilo que teve como resposta é que nada deste investimento tinha chegado até às entidades competentes ou seja, neste momento ninguém sabe o que é que se passa, nem sequer nos podem responder, porque não sabem nada e isso é falta de transparência. Já se está a querer avançar a todo o vapor, mas as comunidades de onde vem o financiamento não sabe o que é que está em causa. Isso é transparência? Isso deve ser uma opinião muito pessoal dos Senhores Deputados. Porque é que o Bloco de Esquerda não gosta de futebol? Ninguém disse que o Bloco de Esquerda não gosta de futebol, até porque o BE não é um partido que se tenha de assumir e como tal e daquelas questões enfim, eu vou responder mas nem sei se merecia resposta. Eu pessoalmente gosto de futebol, mas se assumo um compromisso com esta Assembleia, de estar presente, estaria cá, é isso que os Senhores Deputados deviam fazer. Nunca alegamos motivos pessoais dos Deputados para faltarem, nós falámos numa circunstância muito específica que é, claramente todos os Deputados faltaram para ver um jogo de futebol, não foi porque ninguém adoeceu, não foi porque o chamaram a si ao seu familiar, isso são motivos atendíveis. Aqueles que estiveram em questão nesta quarta-feira não foram esses e isso ficou bem claro, a não ser que haja aí alguma efeméride muito estranha, que adoeceram todos e então eu retratar-me-ia com maior agrado. E não sei se terei respondido a todas as perguntas, mas fiz o possível por o fazer.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵⁰

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵²

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁵³

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁴

Vogal Condinho Vargas (PS)⁰⁵⁵

Vogal Firmino Ferreira (PPD/PSD)⁰⁵⁶

Vogal Ana Seça Neves (PS)⁰⁵⁷

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)⁰⁵⁸

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁵⁹

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)⁰⁶⁰

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶¹

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶²

“Excelentíssimo Presidente da Assembleia e digníssima Mesa, excelentíssima Câmara, excelentíssimos Vereadores, caros colegas. O que me ressalta da análise desta Comunicação eu poderia sintetizar para não maçar muito a Assembleia em dois pontos. Um de natureza económica e financeira e outra de natureza institucional simbólica.

Relativamente à questão financeira eu gostaria de destacar aqui o caminho que tem vindo a ser trilhado pelo executivo de consolidação das suas dívidas, caminho consistente de redução das dívidas do município. E não deixo de salientar, a apreciação política que é feita no próprio documento da Comunicação do Presidente, relativamente às dificuldades lançadas por uma Lei recente que é a Lei n.º 8 e que veio a ser regulamentada agora por uma portaria muito recente, que ainda está muito quente, e que aqui já foi mencionada nesta Assembleia, que de facto vem colocar um fortíssimo espartilho à ação do município.

E eu gostaria de me associar às palavras que foram expressas nesta Comunicação. De facto associando-me ao município nesta ação que o município interpôs contra o Ministério das Finanças. E digo isto à vontade, apesar de o Ministério das Finanças ser do PSD, Partido de que eu sou e que eu suporto, na medida em que se traduz no prejuízo efetivo para o nosso município superior a meio milhão de euros.

Isto é por demais grave, tanto mais que o nosso município, o nosso executivo, têm vindo a fazer um esforço enorme no sentido de conter despesa, no sentido de rentabilizar a sua atividade e de inverter a tendência negativa. Que aliás já se pode expressar nas Contas à data de 31 de maio deste ano. Folgo em ver já aqui um resultado positivo que traduz o esforço que tem vindo a ser desenvolvido na área operacional das finanças do município. Isto é muito importante! É muito importante e eu não poderia deixar de assinalar este aspeto.

A dívida há um ano exatamente atrás era de cento e cinquenta e nove milhões de euros. E em doze meses o município conseguiu reduzi-la em dezassete milhões de euros, o que dá a módica quantia média de um milhão e quatrocentos mil euros por mês. É muito bom.

E nos tempos que correm eu diria quase que é um milagre, porque quando as receitas diminuem é muito difícil travar a despesa e é muito difícil conciliar a receita com a despesa. E também a nível da execução orçamental nós podemos verificar que há um equilíbrio entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de maio deste ano. Há um equilíbrio entre a receita efetivamente cobrada e a despesa paga. Há claramente esse equilíbrio que ressalta dos poucos elementos que nos foram chegados e daí também a minha apreciação ser bastante positiva nessa matéria.

O segundo ponto de natureza institucional vai para o dia do município e para as instituições que foram muito justamente, muito justamente reconhecidas pelo seu trabalho em prol da comunidade nas diferentes áreas onde elas atuam.

E eu gostaria aqui, porque é de inteira justiça, salientar o nome das Instituições que foram contempladas nesta justa cerimónia que foi: o Museu de Aveiro, O Banco Alimentar Contra a Fome, o Rancho Folclórico do Baixo Vouga e o Sporting Clube de Aveiro. A eles também pessoalmente enquanto cidadão o meu muito obrigado por tudo quanto têm feito em prol da cidade. Muito obrigado.”

Vogal João Dias (BE)⁰⁶³

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)⁰⁶⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Com tão brilhante situação financeira eu não sei porque é que o Deputado Olinto Ravara se espanta que o Governo tenha procurado, enfim, tirar meio milhãozinho de euros aos cofres do município e à poupança do município, para se poder enfim, também reconhecendo um pouco valor da recuperação financeira que o PSD está a fazer no município de Aveiro.

É evidente que isto é uma brincadeira e não é essa a avaliação. A seu tempo a minha bancada falará sobre isso.

Para falar ao Senhor Presidente do que é dito na Comunicação Escrita sobre o Turismo. Só não dá vontade para sorrir porque o órgão é sério e porque acredito que tudo o que tenha sido aqui colocado tenha sido enfim de forma bem-intencionada.

Mas de facto fazer a menção que os Senhores que trabalham ao balcão no “Welcome Center” vão ter um pólo novo e sempre que a Dr.ª Ana Maria foi ao “Welcome Center” pedir informações sobre os moliceiros, eles ao menos vão ser sorridentes, não têm essa informação, mas ao menos vão estar com um pólo novo para poder enfim, ainda que não explicando o que quer que seja, mas pelo menos já tem uma melhor imagem.

A questão é que depois todas as parcerias vão aparecendo etc. E estas parcerias dizem onde a locomoção de operador marítimo turístico, que é um operador também turístico, um Senhor António Simões faz venda de produtos típicos, etc., etc., etc.

Pergunto, estas parcerias foram em âmbito de quê e o que é que a autarquia ganhou em concreto? E porquê estes senhores e não outros? Só há estes? Qual é a ideia sobre isto? O que é que está por trás destas parcerias “estratégicas” que estão a ser feitas. Não nego que não possam ser feitas, não é essa a questão, mas porquê estes que aqui estão?

E depois Senhor Presidente aparecem aqui coisas que francamente... eu sei qual foi a parceria da Câmara Municipal de Aveiro no TEDEX, nenhuma. A única parceria foi, estive lá eu e o Eng.º Carlos Santos, os dois sentados cá atrás a assistir à conferência, e a Senhora Vereadora Teresa Cristo que está ali e eventualmente mais alguém. Isto só em jeito de brincadeira! Mas objetivamente a participação, embora promova Aveiro, não digo que o não faça, e acho que a Câmara eventualmente se não cobrou a sala fez bem, mas enfim isto é uma pareceria que devia ter relevo. Que eu acho que deve ser feita mas é muito pouca coisa do que deveria vir. Aliás todas estas iniciativas somadas, que eu não digo que não sejam positivas (atenção que isto é só uma crítica) são poucas e fraquinhas! Poucas e fraquinhas. Quando esta área, é uma área, onde por pouco dinheiro poderia fazer-se muita coisa. E mais, angariar muito dinheiro. Porque a Dr.ª Ana Maria não encontra nenhum roteiro turístico, mas qualquer dia aparece um que é feito e até lhe digo como é que é — os turistas saem em direção ao prédio embargado na avenida, depois retornam no mesmo roteiro para as pontes do fórum, que é uma construção que está parada e depois terminam no êxtase da grande referência turística que são os taipais no Rossio no centro da cidade!?

E portanto isto, que são pequenas coisas, que são pequenas coisas, que eu acho que devem estar também mas não podem ser a essência da coisa. Tem que ser só o contorno. Porque os senhores do Welcome Center devem estar bem vestidos, sim senhor! Eu acho que sim. E se os tiverem vestidos devem estar por um estilista da terra, como é o caso do Celsus. Também acho bem que sim. Agora o que não pode ser, isto não pode ser a questão, não pode ser a questão, quer dizer não faz sentido nenhum, por exemplo o Senhor Presidente quer construir a ponte, construa a ponte, mas enquanto não constrói mande lá um homem tirar os taipais. Mande lá um homem tirar os taipais! Estamos em plena época turística e não faz sentido nenhum. E esta imagem negativa vale mais do que estas parcerias e workshops que foram feitos.

E depois só uma segunda questão para terminar. Há muita coisa aqui que está a ser bem feita. Os roadshow que aconteceram etc., e o porta-a-porta que é feito, a minha pergunta é: qual é a participação do Turismo do Centro nesta brincadeira?

Nós estamos agora a fazer um novo mapa para Aveiro e eu acho que a autarquia deve ter preocupação com isso. Agora qual é o retorno que estamos a ter? Coimbra (penso que é Coimbra) ao que sei saiu da Região de Turismo do Centro. Eu não sei se não é de pôr pelo menos encostar o Dr. Pedro Machado à parede. Pelo menos encostar o Dr. Pedro Machado à parede e saber em concreto o que é que tem sido feito. Quem é que é o Vereador responsável que tem ido às assembleias-gerais da entidade regional de Turismo? Quem é que pede satisfações sobre a forma como o dinheiro é gasto e a forma como é promovido? Quem é que pede satisfações? É preciso fazer presença e marcar presença nos órgãos próprios e reivindicar para Aveiro tudo o que é dinheiro que devia ser gasto em Aveiro e que muito provavelmente não é gasto ou está a ser mal gasto com o município.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [066](#)

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores deputados. Neste trimestre é de realçar e apesar das dificuldades este executivo mantém em curso a regeneração urbana no Parque da Sustentabilidade, a continuidade das obras na nova Avenida das Agradas do Norte com a sua ligação à A25, e a requalificação da EN 230-1 entre Quintas e Eixo, passando por Oliveirinha.

Este é um período difícil onde a nova Lei 8/2012 chamada lei dos compromissos, veio trazer mais e mais problemas também a este executivo. Mas gostaria de lembrar que esta lei vem penalizar quem está a cumprir. Esta lei chega a Aveiro com quinze anos de atraso. Se esta lei tivesse entrado em vigor há cerca de quinze anos a CMA não estava na situação económica que está e poderia ter outra visão quanto a obras e a benfeitorias para os aveirenses.

Não podemos esquecer que existiram dez anos de desmandos que colocaram o executivo de Aveiro na situação difícil ou difícilíssima em que se encontra.

Queria também referir a implementação do Orçamento Participativo com a realização de assembleias participativas, espaços de encontro, promovidos pela autarquia com as mesmas a decorrerem uma em Aveiro na Biblioteca Municipal e depois uma reunião em cada uma das catorze freguesias do concelho.

Na Área do Desporto não posso deixar de realçar a realização do Campeonato Nacional de Triatlo Longo e Campeonato Nacional de Triatlo Jovem realizado na bela e bonita freguesia de São Jacinto que se realiza nesta localidade aveirense há três anos

Na área do Turismo de realçar a aposta forte deste executivo na promoção e marca AVEIRO. Gostava também de referir a entrada em breve do funcionamento da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico que será uma excelente solução ambiental para o problema grave que é o aterro de Taboeira. Mas e em relação a este tema gostaria de lembrar a esta digníssima Câmara a proposta de recomendação desta assembleia no sentido de esta unidade não entrar em funcionamento enquanto a nova via de acesso a criar pela empresa proprietária da UTMB não estiver concluída e aberta à circulação dos camiões que circulam para e dessa unidade.

Queria também realçar a realização neste período de tempo da Feira de março. E daqui queria dar os parabéns à CMA, ao Senhor Presidente, ao Sr. Vereador do pelouro, e ao Responsável pela gestão corrente da Aveiro-Expo, o meu amigo Diogo Machado, que e no que toca ao parque de feiras e mais em concreto à Feira de março, tem sabido ano após ano aumentar a qualidade da mesma quer no tocante à área expositiva, quer à área gastronómica e ao cartaz de animação que tem vindo ano após ano a tornar-se uma referência cada vez maior. Se o ano passado aqui referi que tinha sido “A Feira de março” não poderia deixar de referir agora que a deste ano foi ainda melhor tornando mais afirmativo a Feira de março como um certame marcante a nível nacional.

Para terminar gostava de realçar e chamar a atenção dos senhores deputados para a página quarenta seis onde a meio da página da comunicação do Sr. Presidente, se refere que a evolução do valor da dívida da CMA de junho de 2011 a junho de 2012, em 1 ano, a dívida diminuiu. Repito, diminui cerca de 20 milhões de euros. Esta referência trimestral fez-me lembrar o gráfico aqui do meu colega Manuel Antonio e que vem a descer não a pique como alguns gostavam, mas a uma média de quase dois milhões de euros mês — o que é notável

Vogal Manuel Vieira Santos (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[067](#)

“Queria fazer um pedido de esclarecimento. O pedido de esclarecimento é o seguinte: o Senhor Deputado sabe quantos acidentes já houve em Eirol por causa da Unidade de Tratamento e só ainda está em testes?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)[068](#)

Não Tenho essa estatística senhor deputado. Mas o compromisso que nós todos aqui tivemos e a Recomendação que aprovámos, foi que a UTMB não entraria em funcionamento enquanto não tivesse a estrada dedicada concluída. Mas agradecia que me pudesse dizer qual foi esse número de acidentes.”

Vogal Manuel Vieira Santos (PS)[069](#)

Foram dois Senhor deputado. E já agora, agradecia que a Comissão de Acompanhamento da UTMB fosse ver por onde os camiões estão a transitar.”

Presidente da Mesa[070](#)

Vogal Celina França (PS)[071](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)[072](#)

Vogal Carlos Barros (CDS)[073](#)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando oposição.

Vogal Raúl Martins (PS)[074](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[075](#)

Vogal João Dias (BE)[076](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)[077](#)

Da Câmara Municipal

Vereadora Teresa Christo:[078](#)

Vereadora Maria da Luz Nolasco:[079](#)

Vereador Carlos Santos:[080](#)

Vereador Pedro Ferreira:[082](#)

“Bom dia a todos. Vou procurar não duplicar o tempo do município e portanto ser o mais rápido possível. Só em relação à Taxa Municipal de Proteção Civil. Como é óbvio esse Regulamento está neste momento em consulta ou vai iniciar a sua consulta pública, portanto ainda decorrerá algum tempo para vir aqui.

No entanto achei que era interessante terem esta nota, fruto das intervenções que foram dadas, que tem a ver essencialmente com o seguinte: a Proteção Civil é uma competência municipal para a qual o município não tem sequer receitas próprias ou receitas transferidas da Administração Central. E isso deve ser analisado quando for analisado este Regulamento. Foram colocadas também diversas questões sobre a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, nomeadamente em relação à via de acesso dedicada.

É importante referir que na passada sexta-feira, faz hoje oito dias, foi publicada a declaração de relevante interesse público para a via, permitindo agora então nós podermos finalizar aquilo que já estava iniciado.

Esta semana já foram feitas algumas escrituras e portanto o objetivo é retomar o mais rapidamente possível, para em breve termos a via concluída.

Quanto às Escolas. Começar por aquela que não é da responsabilidade do município, que é a Escola Mário Sacramento.

As informações que temos não são muito positivas. De facto a obra está a arrastar-se a um ritmo muito lento, tem a ver de facto com as condições de pagamento que a Parque Escolar tem feito ao empreiteiro.

Tem neste momento havido algumas conversações inclusivamente entre a Direção da Escola Mário Sacramento e a Direção da Escola José Estêvão, sobre a necessidade que poderá vir a acontecer de colocar algumas turmas em monoblocos na José Estêvão.

Em relação às que são da nossa responsabilidade. A Escola da Glória, esta semana estão a ser colocados os monoblocos e também está a ser retirado o material da Escola da Glória em si para a João Afonso. E portanto, assim que for retirado irão de imediato começar as obras que estavam mesmo à espera do término da aula. Em relação aos alunos da Glória sim, todos os alunos irão para a João Afonso.

Em relação à Escola da Vera Cruz, que é uma situação que a nós mais nos preocupa. Nós estávamos esperanças que houvesse Assembleia Municipal na passada quarta-feira. Como sabem o processo está na Revisão Orçamental que é o próximo Ponto da Ordem de Trabalhos. Revisão orçamental essa que foi enviada para a Assembleia em abril, estamos em junho, sem esta revisão orçamental, esta alteração do cronograma não poderá haver visto do Tribunal de Contas, logo não poderemos iniciar a obra.

Preocupa-nos isso e achamos que as pessoas têm que ter essa noção se calhar para ver se aceleramos aqui os trabalhos.

Quanto às questões do Turismo. Em relação aos moliceiros não tinha essa nota. Nós aliás por aquilo que eu tenho conhecimento costumamos ter, devido às parcerias que estabelecemos, e a que foram feitas referências, temos normalmente impressos relacionados com os moliceiros, por isso eu vou com certeza ver o que é que se passa. Normalmente temos inclusivamente aquelas coisinhas que se põem no frigorífico, temos que ver então essa situação.

Mas em relação às parcerias só dar esta nota de que estas parcerias que estão referidas aí foram as que foram feitas neste período de tempo. Nós temos muitas e muitas parcerias. É uma das mais-valias de facto que nós temos que procurar dar ao Turismo. Nós recebemos sempre um valor em função e que pode variar entre 10 e 30% da verba da venda. Em relação à promoção dar-lhe esta nota. A promoção que nós fazemos é altamente focalizada em processos específicos, nomeadamente os roadshows são muito específicos, nós temos a percepção por exemplo em Portugal que a maior parte do turismo negócios e não só, é focalizado em Lisboa. Por exemplo os Roadshows são feitos, o último foi no Casino de Lisboa.

Em relação à Região de Turismo do Centro, a nossa ideia é que eles como é óbvio fazem uma promoção, têm que a fazer e têm feito, e nisso posso dizer que têm feito e têm promovido também Aveiro naquilo que são as grandes rotas internacionais e nas grandes feiras de agentes, nomeadamente em Londres, na FITUR também. Ou seja, eles fazem uma promoção diferente e complementar. Nós nunca poderemos fazer isso como é óbvio, e nem Coimbra consegue fazer isso. Coimbra tem apostado ultimamente naquilo que nós fazemos também, por exemplo estiveram connosco na Feira de Barcelona, que é uma feira com centenas de milhar de pessoas e portanto são feiras muito focalizadas e são mesmo de destino.

Em relação à dívida. De facto há uma redução em linha com aquilo que nós tínhamos transmitido aqui e portanto não é nada de novo, nós temos procurado fazer esse trabalho. Dar-vos nota que essa redução também está em linha com as poucas receitas que vimos tendo a ter. Não temos receitas particularmente elevadas de vendas de terrenos ou outras. Os Orçamentos de Estado têm vindo a reduzir as nossas transferências e, portanto, temos essas contingências. Essas contingências têm sido agravadas de facto por esta Lei, a chamada Lei dos compromissos e pagamentos em atraso, que como a própria diz está dividida em duas partes, a primeira parte tem a ver com a Lei dos compromissos, que tem uma parte burocrática, que é a parte do cálculo dos fundos disponíveis e o que isso acarreta. Independentemente da existência ou não de fundos disponíveis, para todas as Câmaras, é igual, é igual porque é muito burocrático. Estamos a falar de mais relatórios, mais planeamento, enfim.

A parte que nos preocupa mais e que deve preocupar o município tem a ver com a parte de pagamentos em atraso.

O município de Aveiro tem duas ou três entidades com processos de pagamentos em atraso há muito tempo, nomeadamente a REFER e a Somague. São processos antigos que pesam neste momento mais do que 50% a dívida de curto prazo. O que significa que por muito que nós resolvamos o restante dívida de curto prazo, estes dois processos por cada dia que passa, passa logo meio dia de atraso na na dívida e, portanto, é o que nos preocupa na parte da Lei. A outra parte é burocrática. E de facto dá algum trabalho aos nossos serviços mas isso será ultrapassado como é óbvio.

Em relação à EMA e às questões que foram colocadas. O Dr. Raúl Martins, mais uma vez ausentou-se depois de ter dado meia dúzia de notas, umas que ele perceberá, outras que ninguém percebe mesmo, nem ele. Mas há uma que ninguém percebeu que tem a ver com esta questão da extinção da EMA.

As condições da extinção da EMA foram aprovadas nesta Assembleia Municipal e portanto serão respeitadas integralmente, que é aquilo que nós temos obrigação de fazer. Em relação ao Beira-mar temos vindo a dialogar no sentido de resolver as questões pendentes e conseguir dentro daquilo que foi a deliberação da Assembleia, encontrar solução para que de facto o Beira-mar possa gerir o Estádio e a Câmara possa ter aí um parceiro de futuro. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara:⁰⁸³

“Notas finais da vida, a vida de um Presidente de Câmara com uma equipa assim sai facilitada porque fica pouco por dizer.

Proteção Civil e Bombeiros. É um assunto que virá aqui para ser apresentado, analisado e discutido nesta Assembleia, e essa será naturalmente a altura própria para dirirmos os argumentos que há pouco começámos aqui a dirimir.

Quanto ao novo mapa judiciário, o assunto é muito específico, já aqui foi referido. É essencialmente técnico e é importante. Exige naturalmente um conhecimento profundo e por isso, parece-nos fazer sentido o apelo que aqui foi deixado. E da nossa parte, da parte do executivo, também fica essa disponibilidade para participarmos nesse processo se acontecer.

Quanto à EN 230-1 está a ficar excelente. Na quarta-feira tivemos o prazer de lá estar, de acompanhar. Vai ficar espetacular. É uma obra importante para Oliveirinha, para Eixo, para todo o lado e para todos nós.

Orçamento Participativo. Virá também aqui em breve. Aliás, está para esta Sessão da Assembleia para nós podermos então de uma forma mais ajustada e correta discutirmos esse assunto.

O mesmo em relação ao estudo da Avenida Dr. Lourenço Peixinho que chegará aqui a ser apresentada na continuação daquela apresentação pública que decorreu.

Quanto à ponte. Desde a última informação que aqui foi prestada prosseguiram os contactos com a empresa e, ao que sabemos, entre outras empresas no sentido de avaliar a possibilidade e o eventual interesse numa cessação da posição contratual, que como sabem terá que respeitar integralmente e escrupulosamente aquele que foi o contrato inicial assinado pela empresa que ganhou a obra.

Esperemos, continuamos a insistir, para que tudo possa decorrer da melhor forma possível. Resolver o problema dos painéis. O que nos parece também, é que retirar os painéis sem estar o processo fechado seria aumentar despesas desnecessariamente. Agora com esta certeza, logo que a decisão seja tomada, se não for para realizar é para tirar os painéis. Se for para realizar os painéis já lá estão e não terá esse custo acrescido desses painéis.

Quanto à ligação na Avenida das Agradas está a correr muito bem. Penso que durante esta semana já foi colocado o tapete em grande parte da Avenida, as coisas estão a correr muito bem, fica também uma ligação que em termos de acessibilidades vai ser importante para Aveiro, e também para o próprio estudo da avenida que acaba por ter também de uma forma indireta influencia na concretização plena desse estudo.

Quanto à recorrente Lusostela. Pronto ela foi mandada demolir, era um problema que ali estava grave para resolver, deu aqui muitas polémicas e muitas questões, falta naturalmente agora o desenvolvimento do projeto. Mas como sabem o terreno é privado, é particular. Portanto é uma questão que apenas poderemos acompanhar. Com a certeza daquilo que era o problema que nos causava mais dificuldades e engulhos, a questão da segurança, está já ultrapassada.

Quanto à zona da rotunda da UTMB. Penso que o Carlos Valente pôs essa questão também. São terrenos particulares ou melhor, há ali assuntos particulares ainda para resolver. Têm havido alguma mediação da nossa parte para tentar ultrapassar essa questão, porque também essa ligação é importante no âmbito da Avenida. Portanto estamos a falar de aspetos que embora afastados têm importância na concretização para o estudo da Avenida.

Para concluir, só reafirmar esta nota que o Dr. Pedro Ferreira já deu em relação à publicação na passada quinta-feira pelo Senhor Secretário de Estado da Declaração de Relevante Interesse Público para o troço final que falta realizar para a UTMB, e que interferia com outras de reserva ecológica e de reserva agrícola, e que foi aqui aprovado pela Assembleia Municipal. Finalmente o Senhor Secretário de Estado, como é condição legal, publicou agora esse reconhecimento de interesse público desse novo traçado de 1.100 metros que faltam para concretizar a obra. Está concluído já ou muito perto da conclusão a primeira fase que vai até à rotunda, que penso que já fica em Nossa Senhora de Fátima, que atravessa Eirol, Requeixo e chega a Nossa Senhora de Fátima, falta esses 1.100 metros que agora como já foi aqui referido, numa segunda fase já começaram a ser feitas as escrituras dos terrenos porque já estão as negociações concluídas e irão permitir a conclusão dessa ligação direta da UTMB à variante.

E quem já lá passou e quem tem a percepção e tenha na cabeça o desenho que está previsto, aquele novo acesso é importante para a UTMB. Mas é ainda mais importante para Nossa Senhora de Fátima, para Requeixo, para Eirol, para Eixo, para toda aquela zona, porque cria ali uma acessibilidade franca, segura, com condições que não existiam e que não existe na atualidade. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel Vaia Reis (PCP)⁰⁸⁴

Vogal João Dias (BE)⁰⁸⁵

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰⁸⁶

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁸⁷

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁸

“Portanto isto é só perguntar. O Eng.º Carlos Santos falou aqui que foi com o Presidente de Câmara e com os Presidentes de Junta dar uma volta e garantiu aqui ou informou, que iam pôr árvores em todos os passeios que tivessem dois metros e meio de largura. Eu pergunto se a Vera Cruz não é contemplada?

Infelizmente portanto eu queria chamar a atenção, vou chamar na mesma, não tenho culpa que a Dr.ª Maria da Luz se tenha ido embora e pelo menos já não me dá a resposta, mas já fico satisfeito.

Mas aquilo que eu quero que fique em ata é que ela vai ter que responder, nem que eu tenha que fazer um requerimento à Mesa! Porque é bom que tenha consciência, e que a Câmara tenha conhecimento, porque não está em causa a qualidade da Casa Major Pessoa, até tem muita qualidade. Agora, o que a Câmara tem que ter conhecimento, e a Vereadora tem que ter consciência, é de quanto a Câmara paga de luz e água? E temos que saber.

Outra situação, falando da Dr.ª Maria da Luz, é que o património não é gerido por conversa bonita!

Porque é bom que se saiba que quando se falou aqui no painel de azulejo da fábrica do azul (que era assim que se chamava antigamente) já só lá está metade.

E já agora falando do Património. A Câmara antigamente, há uns anos, não digo que foi consciente ou inconsciente isso não interessa, forneceu aí uns moliceiros a diversas entidades e associações e que tinham que dar-lhe a manutenção.

Ora bem, isto é património da Câmara. E o que acontece é que a estes moliceiros cortaram-lhe a proa e a ré e puseram-no em cima de um jardim em Santa Joana!? Porque este moliceiro segundo me parece na altura foi cedido ou foi emprestado por protocolo à Junta de Freguesia de Santa Joana.

Eu só pergunto, quer dizer, então se cortaram a ré aonde é que está o resto da madeira? Foi para o fogão?

Portanto quero dizer à Vereadora, porque tem que saber disto. Portanto era só para dar conhecimento disto à Câmara.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁸⁹

“O Senhor Barbosa quando afirma essas coisas devia ter um bocadinho mais de cuidado, porque o que está em Santa Joana, realmente está lá a proa e o rabo do moliceiro, mas não é do moliceiro. Aquilo que lá está é feito em contraplacado. O moliceiro deve estar é na Ria — se é que ainda existe.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁹⁰

“Estamos todos a recuperar desta explicação. Telegraficamente, só para dizer duas coisas. Primeiro as palavras infelizes e os termos em que a Senhora Vereadora Maria da Luz se dirigiu à Assembleia não foram apropriados.

E de facto, a Senhora Vereadora tem que ter a noção que vem prestar contas à Assembleia e não são os membros da Assembleia que têm que ir à Câmara perguntar o que quer que seja! Há momentos e órgãos próprios para isso acontecer. Por isso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentará um requerimento à Mesa que já aqui está redigido, em que basicamente pretende saber que senhores dirigentes é que cessaram funções e quando?

E saber também, que hipóteses de Organigrama é que afinal está em cima da mesa, uma vez que há cerca de um ano e meio esta Assembleia deliberou sobre uma proposta da Câmara precisamente sobre esta matéria.

Portanto é lamentável que a Senhora Vereadora, nos termos em que aqui colocou esta questão enfim, tenha transmitido as informações que transmitiu de uma forma incipiente, pouco clara, e que nos tenha deixado a todos um pouco preocupados em face de uma matéria tão relevante e que, enfim, que é de muita importância nomeadamente para o funcionamento da própria câmara municipal de onde se apela também à Câmara que da próxima vez haja enfim algum Senhor Vereador um pouco mais avalizado na matéria que possa usar da palavra sobre estas questões.

Último ponto que tem a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal. Enfim, se calhar ficava por aqui.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹¹

“Uma nota final em relação à questão colocada agora dos dirigentes para isto ficar claro aqui.

Permita-me isso. Só um ou outro aspeto poderá ter ficado menos claro. Começávamos aqui assim há cerca de ano e meio da estrutura nuclear do município e partimos depois de acordo com a Lei, no cumprimento da Lei, para a estrutura flexível que já é competência do município, do executivo, que teria que respeitar aquela que foi a estrutura nuclear aqui aprovada pela Assembleia Municipal.

Portanto, depois há eleições legislativas, surge um novo Governo, e há logo de início a intenção pública que é afirmada de promover profundas alterações em termos orgânicos nas estruturas dos municípios, nomeadamente em termos do número de funcionários, e em termos de dirigentes.

E pareceu-nos que era, enfim, prudente, cauteloso, para não andarmos num processo em que aprovávamos e depois desaprovávamos e voltávamos a alterar, pareceu-nos prudente aguardar por aquilo que seriam essas evoluções legislativas que se vieram a verificar na sua quase totalidade.

E em função disso o município de Aveiro, como consequência dessas Leis, tem que reduzir os seus dirigentes. O município de Aveiro naturalmente refiro-me a todos os municípios do país, não é especificamente em relação ao nosso município.

Até trinta de setembro temos que reduzir 1% dos funcionários para respeitar aquela dita o Orçamento do Estado. E temos que reduzir o número de dirigentes, até trinta de junho, temos que reduzir em 15%.

Assim, a partir dos 37 dirigentes que tínhamos a 31 de dezembro de 2011, que é essa a data de referência pela qual as contas se fazem, significa que temos que prescindir de seis dirigentes, temos que retirar seis dirigentes desses cargos.

E até 31 de dezembro, e aqui não há ainda uma lei publicada, mas há já o anúncio e um conhecimento já muito adiantado daquilo que é uma proposta de lei, até 31 de dezembro temos que reduzir em cerca de 50% o número de dirigentes.

Quanto ao número de funcionários essa questão não se coloca, enfim dada a redução que tem havido já muito grande no número de funcionários. E pelas contas da DGAL, nós reduzimos nestes anos um total de 333 funcionários, do universo municipal todo. Fruto disso temos só 1% de abatimento, em termos de funcionários, que acontece naturalmente por reformas das pessoas.

Quanto ao número de dirigentes, portanto tínhamos 37, temos que passar para 31. Isso já foi decidido, como é compreensível não iremos aqui falar em nomes de ninguém, mas foram seis chefes de divisão que deixaram de exercer essas funções.

Até ao final do ano temos que fazer uma redução que no máximo, e depois há aqui uma dúvida ainda que tem a ver com o cargo de Diretor de Departamento da Polícia Municipal e Proteção Civil, que poderá não ser, não entrar na contagem destes dirigentes, há ainda essa dúvida em relação a isso, mas que terá que ficar o máximo entre 20 a 21 dirigentes.

Portanto isto é uma imposição legal, quer se concorde quer não se concorde, isto tem que ser feito. Houve uma reunião nossa com todos os dirigentes a quem foi exposto isto. Houve um enquadramento que era naturalmente do conhecimento deles e com quem este processo também foi preparado.

Portanto até ao final do ano são cerca de 50% o número de dirigentes que vamos ter que cortar. Muito obrigado.”

De seguida o presidente da Mesa⁰⁹² deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de junho, informando que a próxima reunião será no dia 04 de julho (4.ª feira) pelas 20:00 horas, na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 01:30 horas do dia 30 de junho de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)